Ponto de vista

Duas questões sobre a reforma do sistema financeiro

DENIO NOGUEIRA*



No número de dezembro último de *Conjuntura Econômica*, destaca-se, particularmente, o painel sobre a independência do Banco Central e a reforma do sistema financeiro. O elevado nível dos ensaios publicados poderá, quem sabe, contribuir para amenizar o pessimismo de nosso saudoso e querido mestre, professor Eugênio Gudin com relação à criação de um Banco Central independente. O Brasil pode não ter ainda o padrão mínimo de ordem financeira e administrativa para criar um banco central. Mas, certamente, já alcançou o nível profissional de seus economistas, indispensável à consecução simultânea de ambos os objetivos. Ademais, aquela posição encerrava em si mesma um caso claro de "círculo vicioso".

Duas questões, levantadas em diferentes ensaios, levam-me a tecer alguns reparos. O primeiro é que a existência de um banco central deve ser oriunda de uma demanda da sociedade e não imposta "de cima para baixo". O segundo diz respeito a uma crítica, freqüentemente levantada, contra a assunção de "funções de banco de fomento" pelo Banco Central do Brasil, no início de suas operações. Como responsável por tal decisão, gostaria de aproveitar esta oportunidade para justificá-la, ainda que reconheça ter sido a mesma deturpada, posteriormente à perda da independência do banco.

Vejamos a primeira questão. Estaria a sociedade brasileira, em 1964, desejosa de um banco central independente? Acredito que sim. Pelo menos, tal proposta integrava o conjunto das Reformas de Base propostas pelo Presidente João Goulart. Foi como o interpretou seu ministro da Fazenda, Miguel Calmon, ao constituir, em meados de 1963, uma comissão encarregada de preparar um projeto de lei com tal propósito. Integrei tal comissão, representando o Conselho Nacional de Economia. E a Lei 4.595/64 baseou-se fundamentalmente naquele projeto. Pode-se acusar o falecido presidente Goulart de muitas culpas, mas seria, certamente, injusto acusá-lo de ignorar as principais demandas da sociedade. E ainda mais. Respeitando a outra condição sugerida por um dos ensaios, a criação do Banco Central do Brasil "foi acompanhada de uma reforma fiscal" elogiada pelo próprio professor Gudin. Seu mentor foi o nosso saudoso amigo e mestre professor Octávio Gouvêa de Bulhões.

Quanto às "funções de banco de fomento", creio, valeria a pena relembrarmos o início da década de 60, logo após os "50 anos em 5" e a construção de Brasília. Como se o desregramento financeiro daí resultante não bastasse, 1961 foi marcado pela renúncia do presidente eleito e a ameaça de uma guerra civil, para assegurar a posse de seu sucessor. E mais. Durante os dois anos e meio do Governo João Goulart, o País viu sucederem-se cinco titulares da pasta da Fazenda. No mesmo período, o Governo brasileiro transitou do presidencialismo ao parlamentarismo e retornou ao presidencialismo. Os percalços acima descritos refletiam-se na alta dos preços. Não obstante, a taxa de câmbio mantinha-se virtualmente imutável e tanto o crédito agrícola como o industrial pautavam-se pela restrição imposta pela "lei da usura", que impunha o teto de 12% para os juros. Não admira que os bancos oficiais alcançassem grandes bancadas no Legislativo, tanto federal como estaduais. Como as tarifas dos serviços públicos estavam praticamente congeladas, no início de 1964 a economia brasileira atingira o caos. O racionamento de energia elétrica era de 15 horas por dia. O sistema de comunicações – postal, telegráfico e telefônico –

estava quase paralisado. Nas regiões mais progressistas do País, muitas prefeituras valiam-se do subsídio cambial para adquirirem geradores e pequenas centrais telefônicas locais, com o financiamento externo. Instituições oficiais de crédito federais, regionais e estaduais, não raro instigadas por seus mutuários, reagiam contra a indexação de suas operações e a depreciação cambial, que elevaram o valor corrente de seus débitos. Tais reações dificultavam o ingresso de recursos externos, particularmente os originários de instituições oficiais e internacionais, como era o caso da Aliança para o Progresso e dos bancos Mundial e Interamericano, cujo menor componente de importações contribuía para aliviar o grave desequilíbrio monetário interno. Em muitos casos, as substituições de seus dirigentes alcançaram escalões intermediários.

Ainda mais difíceis de contornar eram as pressões políticas. Dois casos prestam-se a exemplificá-las. Um deputado federal de grande prestígio pessoal e um prefeito de capital, das relações pessoais do próprio presidente Castelo Branco – e por ele recomendados – postularam a transferência para o Governo federal do risco de câmbio, em financiamentos concedidos por empresas estrangeiras, de centrais telefônicas locais instaladas em cidades de sua região eleitoral. Em ambos os casos, foram aceitas as ponderações que lhes foram apresentadas, na recusa ao atendimento de seus pleitos. Menos feliz foi o desfecho do veto do Governo à emenda do Congresso, vedando a correção monetária nos créditos agrícolas. A liderança do Governo não conseguiu evitar a derrubada do veto presidencial. Até mesmo assistência técnica a órgãos do Governo encarregados de fixar tarifas de determinados serviços públicos o Banco Central providenciava, para ajudá-los a incluir em sua fixação o cômputo do risco de câmbio ou da correção monetária.

A intransigência do Banco Central, em defesa do Tesouro Nacional e da política econômica liderada pelos Ministros Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, parece ter contribuído significativamente para a rápida recuperação da economia brasileira. Em pouco mais de um ano, as reservas internacionais brasileiras ultrapassavam o nível atingido em 1945, no final da guerra. É difícil avaliar até que ponto a independência da instituição foi importante para o inegável êxito do Governo Castelo Branco. Mas não me parece que ela possa ser julgada desprezível.

* Economista e advogado. Foi o primeiro presidente do Banco Central.

HISTÓRIA E NATUREZA

O número 8/91 da revista
Estudos Históricos
apresenta os seguintes temas:

Humboldt e a reinvenção da América,
por Mary Louise Pratt

Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil,
por Antonio Carlos Robert Moraes

A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa,
por José Augusto Drummond

Para fazer história ambiental,
por Donald Worster

A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil,
por Warren Dean

Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas,
por Lívia Barbosa

O novo historicismo,
por Stephen Greenblatt

Uma entrevista com Jacques Le Goff

Maiores informações:
Editora/FGV
Caixa Postal: 9.052
22272 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (021) 551-0698
e 551-1542 r. 107/110